



EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **ELCIO EDUARDO MANTOVANI GOBATTI (CPF/MF Nº 044.709.226-09)**, e seu cônjuge, se casado for, **ELCIO GOBATTI (CPF/MF Nº 152.933.786-00)** e seu cônjuge, **CARMEM LUCIA BARBOSA MANTOVANI GOBATTI (CPF/MF Nº 032.507.598-05)**, ora coproprietária; dos terceiros interessados: **RP COMERCIO E MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (CNPJ/MF Nº 28.354.415/0001-82)**, **ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DO LOT ESTANCIA DOS LAGOS (CNPJ/MF Nº 54.144.258/0001-90)** e **ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DO PORTAL DOS NOBRES (CNPJ/MF Nº 05.013.122/0001-36)**; do credor fiduciário: **BANCO DO BRASIL SA (CNPJ/MF Nº 00.000.000/0001-91)**; bem como dos credores: **ORGANIZACAO IDEAL DE CONTABILIDADE SC LTDA (CNPJ/MF Nº 61.054.979/0001-75)**, **HELIO WALLACY DOS SANTOS (CPF/MF Nº 957.836.106-82)** e **MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA (CPF/MF Nº 265.696.958-19)**.

O MM. Juiz de Direito Dr. Daniel Rodrigues Thomazelli, da 7ª Vara Cível – Foro Regional I - Santana, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação Monitória em Fase de Cumprimento de Sentença, ajuizada por **ESPÓLIO DE FERNANDO CUPELI DE ALMEIDA (CPF/MF Nº 378.356.708-44)** representado por seus herdeiros: **LUIS FERNANDO AFFONSO DE ALMEIDA (CPF/MF Nº 220.516.078-85)** e **ANDRE LUIS AFFONSO DE ALMEIDA (CPF/MF Nº 250.932.138-29)** (sucessão processual às fls. 757) em face de **ELCIO GOBATTI (CPF/MF Nº 152.933.786-00)** e **ELCIO EDUARDO MANTOVANI GOBATTI (CPF/MF Nº 044.709.226-09)**, nos autos do **Processo nº 0002032-48.2018.8.26.0001** (Processo Principal nº 1018164-37.2016.8.26.0001), e foi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BEM: **LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Tóquio, nº 329 - Portal dos Nobres – Guaxupé/MG – CEP: 37832-766 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Uma chácara com 461,87m² de área construída e 2.664,90m² de área de terreno (total), anteriormente descrita como: Uma chácara para construção e lazer, situada na cidade de Guaxupé/MG, no loteamento denominado "Portal dos Nobres", com as medidas e confrontações descritas na correspondente matrícula imobiliária.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	04.0190.0217.001	
Matrícula Imobiliária nº	15.962	Registro de Imóveis de Guaxupé/MG

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
R. 07	27/09/2019	Penhora Exequenda	Proc. nº 0002032-48.2018.8.26.0001	Espólio de Fernando Cupeli de Almeida representado por seus herdeiros: Luis Fernando Affonso de Almeida e Andre Luis Affonso de Almeida
R. 08	02/08/2023	Penhora	Proc. nº 1058449-95.2018.8.26.0100	Organização Ideal De Contabilidade SC Ltda.





OBS.01: A chácara possui 02 (duas) construções que totalizam 461,87m². A 1ª construção é composta por uma residência constituída de sala, cozinha, banheiro social, 02 (dois) quartos, garagem ampla e varanda. A 2ª construção é composta por uma residência constituída de 02 (duas) suítes, área gourmet com churrasqueira, cozinha, banheiro e piscina (Laudo de Avaliação às fls. 1369/1372).

OBS.02: Os executados impugnaram o valor de avaliação apresentado pela parte exequente, objetivando uma nova avaliação do bem, sob o argumento de que supostamente os Ilmos. Corretores de Imóveis avaliaram infimamente o imóvel. A impugnação foi acolhida, homologando-se o valor de avaliação em R\$ 980.000,00. Da decisão não houve recurso.

OBS.03: Os executados impugnaram a constrição judicial que recaiu sobre o imóvel, objetivando o cancelamento da penhora, sob o argumento de inexigibilidade do título executivo. A impugnação não foi conhecida, por inadequação da via eleita (Decisão de Fls. 359). Da r. Decisão foi interposto Agravo de Instrumento (nº 2031080-84.2019.8.26.0000), o qual foi negado provimento. Trânsito em julgado em 09.06.2020.

OBS. 04: Foi declarada a fraude à execução referente à venda do imóvel registrada sob nº 05 da correspondente Matrícula Imobiliária, realizada em favor da pessoa jurídica RP Comercio e Manutenção de Maquinas e Equipamentos Ltda. (Fls. 524/525). Da decisão não houve recurso.

OBS.05: Foram opostos Embargos à Ação Monitória (Processo nº 1018164-37.2016.8.26.0001) pelos executados, objetivando a extinção dos autos principais, sob o argumento de inépcia da petição inicial. Os embargos foram julgados improcedentes, constituindo-se o título executivo judicial. Foi interposto Recurso de Apelação pela parte executada, ao qual foi negado provimento. Trânsito em julgado em 17.10.2017.

VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 980.000,00 (Mai/2024 – Laudo de Avaliação às fls. 1368/1372 – Homologação às fls. 1395).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 1.027.719,29 (Abr/2025). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

DÉBITOS DE TAXAS ASSOCIATIVAS: Eventuais débitos de taxa associativa ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1º, do CPC).

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: Eventuais débitos tributários ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).





PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS:

Requeri- mento	Anotação da penhora	Valor	Processo/Origem	Beneficiário/Observações
Fls. 1200	Fls. 1201	R\$ 124.050,48 (Out/2022)	Proc. nº 1058449- 95.2018.8.26.0100	Organização Ideal de Con- tabilidade SC Ltda.
Fls. 1493	Fls. 1504	R\$ 400.000,00 (Jan/2025)	Proc. nº 1000168- 41.2017.5.02.0314	Marcos Roberto De Oli- veira

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 1.970.682,96 (Set/2024 – Fls. 1436).

02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no dia **16 de maio de 2025, às 14 horas e 30 minutos**, e se encerrará no dia **19 de maio de 2025, às 14 horas e 30 minutos**. Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a 2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em **19 de maio de 2025, às 14 horas e 30 minutos**, e se encerrará em **12 de junho de 2025, às 14 horas e 30 minutos**.

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores a 50% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar. (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).





07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 6% (seis por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado, nos termos do item 09, a pagar a comissão sobre o lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os decorrentes de débitos de condomínio (artigo 908, §1º, do CPC), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

13 – PLURALIDADE DE CREDORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense.





Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATACÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do Item 03 deste Edital.

18 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Curupacê, nº 260, Mooca - CEP 03120-010 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

19 - NOTIFICAÇÕES: Caso a notificação da Executada não seja realizada efetivamente no endereço constante dos autos, incidirá a disposição do artigo 274, parágrafo único, do CPC. A publicação deste Edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 04 de abril de 2025.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. DANIEL RODRIGUES THOMAZELLI
JUIZ DE DIREITO

